

**SOBRE A RESISTÊNCIA OBJETIVA DO FEMININO:
POSSIBILIDADES SUBJETIVAS DA MULHER FRENTE AO REGIME DITATORIAL¹**

Marcella Santos Mendonça²

Lara Brum de Calais³

Elaine Aparecida Laier Barroso⁴

RESUMO:

Na história brasileira e de seus governos, nota-se que a construção do país se deu a partir de um sistema patriarcal, que perdura até os dias atuais. Entretanto, considerando a produção historiográfica em relação ao tempo e espaço, pode-se constatar divergências nos papéis designados historicamente aos homens e as mulheres, fazendo-se necessário uma desconstrução dos mesmos. A partir dessa perspectiva, busca-se colocar foco sobre a mulher como sujeito e protagonista da história, ressaltando sua luta nos tempos de repressão como na Ditadura militar (1964-1985). Assim, o presente artigo tem por objetivo analisar brevemente o processo de construção histórica do Brasil e de seus governos de base autoritária, problematizando os impactos de uma lógica repressiva na constituição da subjetividade feminina, além de indagar a posição da mulher neste cenário. Para tanto, lança mão de exemplos de representatividade feminina, tais como atriz Leila Diniz (1945-1972), a guerrilheira Vera Silva de Araújo Magalhães (1948-2007) e a idealizadora do movimento pela anistia Therezinha Zerbini (1928-2015), protagonistas da resistência que influenciaram na luta emancipatória e rompendo com preconceitos e barreiras machistas. Conclui-se que mesmo diante de inúmeras tentativas de silenciar suas vozes, as mulheres romperam paradigmas impostos e resistiram através de sua luta. O artigo conta com uma revisão bibliográfica, buscando o que foi produzido a respeito de como a gestão de governos repressivos pode atravessar a constituição subjetiva do feminino na sociedade.

Palavras-chave: Mulher. Subjetividade. Patriarcado. Ditadura Militar. Resistência.

**ABOUT THE OBJECTIVE RESISTANCE OF THE FEMININE:
SUBJECTIVE POSSIBILITIES OF WOMEN FACING THE DICTATORIAL REGIME**

ABSTRACT:

In the history of Brazil and its governments, it is noted that the construction of the country took place from a patriarchal system, which continues to the present day. However, considering the historiographical production in relation to time and space, we can see divergences in the roles historically assigned to men and women, making

¹ Artigo de Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Psicologia do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CESJF), na linha de pesquisa “Psicologia e Relações Sociais, Comunitárias e Políticas”. Recebido em 25/10/2019 e aprovado, após reformulações, em 25/11/2019.

² Discente do curso de graduação em Psicologia do Centro de Ensino Superior de Juiz de (CESJF). E-mail: marcella_psi@outlook.com

³ Doutora em Psicologia clínica pela Universidade Federal de Juiz de Fora e docente do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CES/JF). E-mail: laracalais@hotmail.com

⁴ Mestre em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: laierplus@yahoo.com.br

it necessary to deconstruct them. From this perspective, we seek to focus on women as subjects and protagonists of history, highlighting their struggle in times of repression as in the military dictatorship (1964-1985). Thus, this article aims to briefly analyze the process of historical construction of Brazil and its authoritarian-based governments, problematizing the impacts of a repressive logic in the constitution of female subjectivity, and investigate the position of women in this scenario. To do so, she uses examples of female representativeness, such as actress Leila Diniz (1945-1972), the guerrilla Vera Silva de Araújo Magalhães (1948-2007) and the creator of the amnesty movement Therezinha Zerbini (1928-2015), protagonists of the resistance who influenced the emancipatory struggle and broke with prejudices and male barriers. We conclude that even in the face of countless attempts to silence their voices, the women broke imposed paradigms and resisted through their struggle. The article has a literature review, seeking what has been produced on how the management of repressive governments can go through the subjective constitution of women in society.

Key-words: Woman. Subjectivity. Patriarchy. Military dictatorship. Resistance.

1 INTRODUÇÃO

A história é marcada por mulheres opositoras ao regime, que rompem com os códigos ditados da época, fugindo dos padrões esperados de uma posição feminina, em uma sociedade fundada sob a égide patriarcal. Porém, tal posicionamento ainda é invisibilizado pela dinâmica patriarcal que sustenta a sociedade. A participação da mulher nesse contexto permite compreender a dinâmica histórica que envolve o país, assim como também permite observar a construção subjetiva quanto a sua identidade. Todavia, diante de regimes autoritários que se sucederam, a atuação feminina está fortemente atrelada às questões de resistência a essas lógicas opressoras. (NASCIMENTO; SANTOS; TRINDADE, 2007; ROCHA, 2015).

Diante da realidade vivida pelo país, segundo Barreto (2010), podemos compreender o patriarcado como a base que funda as sociedades atuais. Dessa forma, “[...] funda a estrutura da sociedade e recebe reforço institucional, nesse contexto, relacionamentos interpessoais e personalidade, são marcados pela dominação e violência” (BARRETO, 2010, p. 64).

Em linhas gerais segundo Lerner (2019) o patriarcado está ligado à dominação masculina no âmbito da religião, nas instituições e também nas leis, sustentando assim uma ideologia de subordinação e exclusão da mulher não a reconhecendo como sujeito e por consequência não atribuindo valor ao seu trabalho. Dessa forma, diante deste conceito, pode-se inferir que a construção subjetiva das mulheres sofre repressão e é atravessada por essa lógica, destacando ainda que se torna foco à resistência feminina se organizando tanto na luta armada, quanto no enfretoamento

dos costumes. Por isso, utilizou-se como mote para tal discussão alguns exemplos de mulheres tais como a atriz Leila Diniz (1945-1972), a guerrilheira Vera Silva de Araújo Magalhães (1948-2007) e a idealizadora do movimento pela anistia Therezinha Zerbini (1928-2015), que atuaram nestes campos supracitados.

Vale ressaltar que o patriarcado no Brasil esteve representado desde sua formação enquanto nação. Pode-se observar tal fato na segunda seção do trabalho que abarca brevemente a construção histórica, bem como seus governos desde o período colonial (1500-1822) até a ditadura militar (1964-1985).

Almeja-se com esse artigo provocar impacto e uma reflexão a respeito das muitas possibilidades de constituição individual e coletiva da subjetividade feminina. Neste sentido, pautam-se as questões de luta, resistência e posicionamento da mulher neste cenário, especialmente em uma sociedade em que predomina um sistema patriarcalista. Em contrapartida, faz-se necessário dar lugar a história do feminino tal como será abordado na terceira seção do trabalho, apontando qual o papel desempenhado por elas neste cenário opressor e por fim para na quarta seção, caminhar por possibilidades de enfrentamento e resistência a esses governos patriarcais, autoritários e repressivos. Vale ressaltar que o trabalho não tem como foco central o movimento feminista, apesar de sua marcada contribuição para tais discussões, pois optou-se por apresentar e percorrer outros caminhos para a construção histórica da temática.

Faz-se importante não desprezar aquelas mulheres que ficaram em seus lares, tomando uma posição segura diante do conservadorismo tanto no âmbito dos valores, quanto no plano político. Diante desta posição, remetemos a falta de seu envolvimento que conseqüentemente compactua com patriarcado, conceito citado anteriormente. Logo, mediante ao exposto, compreendemos que a mulher sendo sujeito de si opta, faz escolhas subjetivas muitas vezes contra elas mesmas e contra as demais mulheres, permeadas por modos produzidos pela lógica autoritária e patriarcal. Todavia, essas mulheres possuem suas trajetórias individuais, resultando em suas marcas singulares e construções subjetivas, constituindo, assim, uma experiência histórica e de constante interação com a trajetória coletiva dessas mulheres.

A proposta do estudo tem por objetivo proporcionar uma reflexão a respeito da constituição feminina em tempos nos quais governos autoritários faziam-se presentes, e como essas lógicas repercutiram na formação da mulher quanto à construção subjetiva afetando e sendo afetada. Sua presença num espaço ditatorial era percebida

como secundária e passiva, no qual seus valores eram colocados em ameaça, assim impactando em sua constituição objetiva e subjetiva na sociedade.

Isto posto, daí questionamos como a gestão de regimes autoritários atravessam a constituição subjetiva do feminino na sociedade a ponto de ressignificar suas narrativas e favorecer alguns tipos de resistências do feminino, a saber, a resistência nos costumes sociais e no enfrentamento objetivo das normas sociais e da ditadura militar.

2 FIOS DA CONSTRUÇÃO DE UMA HISTÓRIA AUTORITÁRIA NO BRASIL

Ao falarmos de produção historiográfica, partimos de dois pressupostos: tempo e espaço, sendo essas dimensões intrínsecas ao movimento da história brasileira. Do mesmo modo, ao pensarmos sobre o tempo, nos vinculamos aos impactos gerados, que por sua vez são vistos como revolucionários e transformadores da dinâmica histórica. Dessa forma, “[...] trazem em si a História enquanto realização concreta das ações humanas e também a História como conhecimento produzido” (DELGADO, 2009, p.129). O espaço por sua vez exerce influência sobre as produções históricas devido a, entre outros aspectos, uma consistência da cultura equivalente a um grupo e a locais específicos, distinguido por hábitos, valores e singularidades.

A História é um movimento constante e conhecê-la é de fundamental importância para compreensão acerca da sociedade em que si vive. Tudo que fazemos, pensamos, a forma que vivemos possui reflexos na construção histórica do local que habitamos; afinal, história é vida e fazemos parte da história da nossa e de outras vidas (CASTILHO; SILVA, 2014, p. 257).

Ao analisarmos a composição histórica do Brasil, pode-se observar um período de mais de quinhentos anos vindos desde as origens da colonização portuguesa. O Brasil Colonial (1500-1822) é marcado por uma “[...] sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida de índio e mais tarde de negro na composição” (FREYRE, 2003, p. 64).

A mentalidade dos colonizadores era de que os índios e negros que habitavam as terras eram sujeitos de costumes estranhos e de um linguajar distinto. Desse modo, acarretou-se a ideia de que aquele povo seria selvagem e que precisariam de um “adestramento” (CASTILHO; SILVA, 2014, p. 265). Essa atitude destinou-se principalmente às mulheres, assinalando fortemente a repressão de suas vontades próprias, pois desta forma estariam sob controle dos homens.

No processo de colonização, os portugueses diante da escassez de mulheres portuguesas, violentavam e mantinham relações sexuais com as índias com o objetivo de gerar mais mão de obra barata e escravizada, o relacionamento entre essas etnias acarretou em uma miscigenação da população, que por sua vez deu origem a filhos mestiços (BARRETO, 2004; BASEGGIO; SILVA, 2015).

Segundo os autores Fausto (1994) e Schwarcz (2019), com o fim do período colonial e a consolidação da Independência política em 1822, inicia-se o Primeiro Reinado (1822-1831), com o objetivo de estruturar e de justificar uma nova nação. A partir de então é necessária uma nova Constituição, a fim de cuidar da população. A Assembleia Constituinte encarregou-se de elaborar a Constituição que entra em debate no ano de 1824⁵. Entretanto, na grande maioria, os membros tomavam uma postura “[...] liberal moderada, consistente em defender uma monarquia constitucional que garantisse os direitos individuais e estabelecesse limites ao poder do monarca” (FAUSTO, 1994, p.147, 148). Defendiam a ordem e a propriedade, que por sua vez eram garantidas pelo imperador “forte e respeitado”.

Ainda segundo Fausto (1994), em meio aos cenários e atravessamentos que produzem distintos olhares sobre a história que se forma, o Brasil passa por um dos períodos mais agitados da história política, ou seja, o período Regencial (1831-1840). O país viveu um tempo onde o que predominava nos debates políticos eram os temas de centralização ou descentralização do poder e até mesmo o grau de autonomia da organização das Forças Armadas. Dessa forma, a regência do país é marcada pelas figuras políticas que por sua vez foram nomeadas pelo imperador.

Entretanto, na busca de uma flexibilidade ao sistema político e de garantir a liberdade individual, devido às condições brasileiras da época, as reformas institucionais acarretaram controvérsias entre as elites e os grupos locais, resultando em rebeliões que, segundo Barreto (2004) acabaram enfraquecendo o patriarcado da época. Nesse momento o país dividiu-se entre conservadores e liberais. O jogo político entre os partidos fez com que os liberais promovessem um congresso com o objetivo de ascender Dom Pedro II, começando assim o período do Segundo Reinado (1840-1889). Marcado pela luta contra o Império centralizado, os partidos, embora se apresentassem em grupos de bases sociais diversas, surgem com uma nova

⁵ BRASIL, Constituição (1924).

concepção de que as reformas descentralizadoras ou de ampliação da representação política não poderiam ocorrer em tempos de monarquia.

A passagem da Monarquia para a República (1889-1930), de acordo com os autores Fausto (1994) e Oliveira (1990), é interpretada como uma ruptura necessária para se afastar de uma perspectiva portuguesa e de seu regime monárquico, desta forma identificando um Brasil republicano com a modernidade. Além disso, buscaram extinguir o Estado existente, sendo guiados por uma vertente liberal que supostamente traria a solução dos problemas de relação entre indivíduo e Estado, bem como a abolição da escravatura e uma efetivação dos direitos da população.

Com Marechal Deodoro da Fonseca assumindo o cargo de chefe de governo provisório, surge o setor dos militares, com oficiais assumindo postos no Congresso Constituinte. Entretanto, rivalidades entre forças armadas se faziam presentes, de um lado fazendo menção ao novo regime e, por outro, ligado à Monarquia. Temerosos por uma semi ditadura comandado por Marechal Deodoro, o partido liberal apressa em convocar uma Assembleia Constituinte, a fim de promulgar a primeira Constituição da República⁶ estabelecendo os três poderes: executivo, legislativo e o judiciário.

Desde os projetos para a aprovação de um sistema presidencialista do governo, para assumir a posição presidencial o procedimento ocorreria através de eleições com o voto direto e universal. Os eleitores com direito a voto seriam cidadãos brasileiros acima de 21 anos, excluindo analfabetos, moradores de rua e as mulheres “[...] simplesmente se excluiu, não se reconheceu a sua existência” (PINTO, 2010, p. 19). Todavia, em 1891, Deodoro renuncia e seu vice, Floriano Peixoto, assume o cargo. Ainda no mesmo ano observam-se as primeiras discussões no Congresso Nacional sobre o voto feminino, fato este que se decorreu devido à primeira onda do feminismo no Brasil (PINTO, 2010). Mesmo com a proposta de estender os votos, as ideias não foram em frente, pois consideravam as mulheres inferiores aos homens, e com essa mudança acarretaria a ruptura da família. Porém só em 1931 com um Código Provisório o governo passa a limitar o voto somente às mulheres solteiras ou viúvas com renda própria ou àquelas com permissão do marido. No ano seguinte, a mulher conquista o direito ao voto através do Novo Código Eleitoral brasileiro⁷ que “[...] decreta pleno direito de voto às mulheres sob as mesmas condições que os homens” (D’ALKMIN, 2006, p. 7).

⁶ BRASIL, Constituição (1891).

⁷ BRASIL, Código Eleitoral (1932).

O período republicano foi marcado por suas transformações socioeconômicas, que vão desde a imigração em massa, atividades agrícolas, urbanização e até a industrialização no final do século XIX. Além disso, no século seguinte, houve os primeiros movimentos sociais no país como o feminismo, mas só na década de 60 ganha forma, que por vez é caracterizado como um “[...] movimento libertário que não quer só espaço para a mulher, mas que tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo” (PINTO, 2010, p. 16). Este movimento ganha força a partir da ONU declarando o ano de 1975 como o Ano Internacional da Mulher, e parte de uma ideologia de “[...] construção de uma nova subjetividade feminina e masculina” (SARTI, 2004, p. 43). Tais movimentos visam abordar as lutas sociais e políticas partindo de uma perspectiva de transformação social, “[...] no sentido de quebrar paradigmas culturalmente instituídos, que versam principalmente sobre o papel das mulheres na sociedade” (ABREU, 2007, p.7). Além disso, a partir dos registros históricos, vale ressaltar a participação de Olga Benário (1908-1942), revolucionária que lutou pelos direitos sociais e instituição de políticas públicas.

Entretanto, em meados de 1929 é lançada na política a candidatura de Getúlio Vargas. Eclode uma crise mundial afetando a produção agrícola, gerando o desemprego nas grandes cidades e com ele a Revolução de 30, significando a tomada direta do poder e, por conseguinte, um novo tipo de Estado, nascendo após 1930 e distinguindo-se de uma oligarquia. (D’ALKMIN, 2006; LUSA, 2017).

Ao assumir o poder, Getúlio Vargas dá início ao período Era Vargas (1930-1945), marcado pela ruptura da República Velha. A partir desse momento, observa-se a construção de um país modernizado, urbano e industrial. Getúlio Vargas anuncia uma nova fase política, o Estado Novo. Diferentemente da República Velha, onde houve um domínio político das oligarquias com princípios liberais e federativos, o Estado Novo é caracterizado por ser um regime autoritário, centralizador do poder, nacionalista, supressão das liberdades políticas e individuais, sendo assim associado a uma ditadura. Com esta implementação, houve perseguições, prisões, torturas e exílio de homens e mulheres intelectuais e políticos/as dos que se diziam de esquerda e liberais.

Entretanto, o Estado Novo chega ao fim trazendo a candidatura de Eurico Gaspar Dutra após a queda de Getúlio Vargas, iniciando, assim, o Período Democrático (1945-1964). Pode-se observar então que desde o período colonial até a república a história é “[...] marcada por políticas de mandonismo, muito

patrimonialismo, várias formas de racismo, sexismo, discriminação e violência” (SCHWARCZ, 2019, p. 24; ABREU, 2007; FAUSTO, 1994).

Em 1945 o país passa por sua primeira eleição efetivamente democrática, com o voto secreto e fiscalizado pelo poder judiciário, após a promulgação da nova Constituição Brasileira⁸, esta que trouxe uma democracia de forma representativa. Até então os antecedentes da sociedade brasileira eram de base autoritária, mas devido ao novo Código Eleitoral todos os brasileiros passam a ter acesso aos direitos políticos e também a exercer seus direitos civis. Assim, com a Proclamação da República, a estrutura política passa a ser mais coesa, começando a abrir espaço para as mulheres e seus direitos no cenário nacional, com o exemplo do voto feminino mencionado anteriormente, garantindo cada vez mais significado a emancipação dessas mulheres, contudo, tais avanços não se deram sem luta.

Nas eleições seguintes houve o lançamento da campanha de Juscelino Kubitschek (JK) que, em 1955, obteve vitória assumindo, então, a presidência juntamente com João Goulart. Seu governo ficou conhecido pelo lema “cinquenta anos em cinco”, pois o país obteve índices elevados na economia e governou enfatizando o desenvolvimento e a ordem, características comuns ao das Forças Armadas. O período JK não foi apenas marcado por conquistas no crescimento brasileiro, mas também pelos problemas concentrados nas áreas do comércio exterior e nas finanças do governo.

Na sucessão presidencial, a candidatura de Jânio Quadros é lançada, assim como a do general Lott e de seu vice João Goulart. Logo de início foi percebido o favoritismo por Jânio Quadros que, conseqüentemente, foi eleito. Instala-se um cenário de esperança com o primeiro presidente tomando posse em Brasília, porém em menos de um ano ele renuncia ao cargo e deixa o país em uma grave crise política. Desta forma, em 1961, João Goulart toma posse, porém enfrentou a oposição e a resistência dos grupos direitistas. Porém, atuou fortemente na democracia política, mas gerou desconforto aos conservadores. Estes se uniram com uma atuação desestabilizadora do governo, culminando com golpe e, conseqüentemente, acarretando deposição (DELGADO, 2009; FAUSTO, 1994).

Entre 1950 a 1964, pode-se dizer que o país vivia em uma fase pré-golpista, e ao analisarmos de um modo geral a mulher neste cenário, observa-se a influência que

⁸ BRASIL, Constituição (1946).

elas sofriam de uma ideologia conservadora. Houve então a criação da Federação de Mulheres no Brasil (1949-1957) que tinha como objetivo “[...] mobilizar as massas femininas para as mudanças sociais” (TELES, 2015, p. 1005), entretanto, é dado como fim no governo de JK. Entretanto, houve mulheres que participaram de organizações políticas revolucionárias e de resistência, buscando se integrar as guerrilhas urbanas e rurais e participaram de ações políticas.

Com o golpe de 31 de março de 1964, quando João Goulart coloca o General Humberto Castelo Branco no poder, o Estado configura-se como um poder centralizado e opressor, marcando assim uma geração que vivenciou tempos de supressão dos direitos constitucionais. O Brasil passava por um período turbulento onde os militares tomam o poder e negligenciam o sistema político, criando assim suas próprias regras e ditando o funcionamento do país de forma autoritária e com a política voltada aos interesses da direita.

O regime militar assim instaurado perdurou por seis governos, podendo ser divididos em fases. Em março de 1964 iniciou-se uma fase de constituição do regime político ditatorial militar, na frente desses governos Castello Branco liderou em março de 1964 e Costa e Silva em março de 1967. No ano seguinte houve a extinção dos partidos políticos e mais tarde as eleições para a presidência da República de forma indireta. No ano de 1967, Costa e Silva toma posse e posteriormente a luta armada se inicia (CHIAVENATO, 1994; CODATO, 2005; COSTA; FERRAZZA; OLIVEIRA, 2014; SILVA, 2017).

Com o início da luta armada em 1968, começa então as manifestações e os protestos estudantis, e com isso o aumento da repressão política e a instauração do Ato Institucional nº5⁹ com a finalidade de dar poder de advertência aos governantes, podendo punir aos que fossem contrários ao regime. Ocorreram, então, passeatas e a intensificação das mulheres na participação política. Mas enquanto governo repressivo, muitas mulheres tiveram que fugir do país, outras foram banidas ou então precisaram viver de forma clandestina. Ainda outras foram presas, torturadas, estupradas e assassinadas por se posicionarem contra as políticas regidas na época.

Em um segundo momento há uma consolidação do regime ainda pela liderança de Costa e Silva, porém ele adoece e em 1969 Médici passa a governar (1969-1974), ocorrendo mais tarde o decreto de uma nova Constituição. Em 1973 há nova eleição

⁹ BRASIL, Ato Institucional Nº5 de 1968.

indireta, em que Médici noticia seu sucessor, a saber, Geisel. O governo de Geisel (1974-1979) é marcado por uma transformação do regime ditatorial, ou seja, há mudanças na política do regime, além da revogação do AI-5. Em março de 1979, Figueiredo toma posse (1979-1985), tornando o regime ditatorial militar como desagregador. No mesmo ano há extinção dos partidos políticos e mais tarde as eleições diretas para governadores dos estados. Em 1985, com a posse de José Sarney, o Brasil passa então por uma transição, ou seja, por um governo liberal-democrático (CODADO, 2005; SILVA, 2017; TELES, 2015).

O período de 1964 até 1985 é conhecido então como Ditadura militar. Esse contexto nos remete a um período complexo na história brasileira, pois está atrelado à violação dos direitos humanos, como as práticas de tortura, prisões ilegais, perseguições e mortes. Compreende-se que a ditadura no Brasil perdurou por mais de duas décadas e houve grande impacto na sociedade, resultando em uma extensa variedade de violências e cerceamentos de direitos. Inegavelmente, a repressão política e a restrição dos direitos afligiam a vida de toda a população, principalmente aqueles de classes menos favorecidas. Tais repressões causaram diversos efeitos nos sujeitos, sejam elas no contexto político, econômico ou das relações humanas (ECKER; TORRES; SCARPARO, 2014; SILVA, 2017).

O período ditatorial no Brasil é marcado pela institucionalização da tortura. Como as forças militares passaram a ter o poder ilimitado sobre a população, aqueles que iam contra suas lógicas eram expostos a práticas de tortura, através de violação e métodos desumanos. Muitos foram mortos por se rebelarem contra esse governo autoritário, tentando reivindicar uma melhoria para o país e seus direitos civis. Esta geração ficou marcada pela organização de movimentos sociais, de resistência e luta pela reivindicação da redemocratização do país (ROCHA, 2015; COSTA; FERRAZZA; OLIVEIRA, 2014).

História e memória são formas de entendimento do passado que nem sempre se confundem ou mesmo se complementam. A história não só carrega consigo algumas lacunas e incompreensões frente ao passado, como se comporta, muitas vezes, qual campo de embates, de desavenças e disputas. Por isso ela é, por definição, inconclusa. Já a memória traz invariavelmente para o centro da análise uma dimensão subjetiva ao traduzir o passado na primeira pessoa e a ele dedicar uma determinada lembrança: daquele que a produz. Assim, ela recupera o “presente do passado” e faz com que o passado vire também presente (SCHWARCZ, 2019, p.19).

3 A POSIÇÃO DA MULHER NESSE CENÁRIO

Ao falarmos da mulher no cenário historiográfico brasileiro, como visto anteriormente, é notória a função estruturante que a mesma teve desde os primórdios do país. Nota-se ainda que a função exercida pela mulher nativa era de produtora e de sustentação do lar, entretanto, “[...] com o tempo as mulheres passam de produtoras a propriedades” (BASEGGIO; SILVA, 2015, p.19), sem direito a exercer e a participar da vida na sociedade.

É possível observar que a mulher no cenário colonial brasileiro diante de um sistema patriarcal era vista como indivíduo de submissão, inferioridade e exercendo papel secundário nas relações sociais e políticas. Entretanto, segundo Freyre (2003) e Del Priore (1994) há participação direta da mulher na construção histórica do Brasil, observando sua disposição em superar as opressões vividas decorrente de uma realidade marcada pelo autoritarismo. Desse modo, fica marcada a luta para dar lugar ao feminino, persistindo e sustentando a ideia de delimitar seu espaço e ocasionando o fortalecimento individual e social das mulheres.

Todo processo histórico das mulheres brasileiras no período colonial forjou a mulher moderna, até mesmo alguns estereótipos de mulher perfeita criada naquele período sobrevivem até hoje. Hoje salta aos olhos da sociedade contemporânea um misto de espanto e admiração, pela ousadia e coragem das mulheres que lutaram contra as formas de repressão a que foram expostas por tantos anos, principalmente no Brasil Colonial (CASTILHO; SILVA, 2014, p. 277).

Diante de um cenário patriarcal e autoritário, nota-se que a trajetória da mulher durante a história do Brasil, por mais singular que seja, caminha por duas direções que são “[...] a luta para romper o isolamento do enunciado feminino da dor e para inscrever-se no contexto comum das questões sociais e políticas, marcadas pela violência de gênero” (RAGO, 2015, p. 115). Caminhando um pouco mais adiante na história, podem-se perceber movimentos políticos de resistência no país contra o Regime Militar ditatorial ocorrido entre os anos de 1964 e 1985.

Diante do cenário opressor que se fortalecia sob as bases ditatoriais, onde as lógicas militares faziam-se presentes, nota-se que a história brasileira é forjada fortemente por um olhar masculino. O próprio processo de colonização impôs óticas sobre o conhecimento e sobre as narrativas, que perpetuaram modos históricos contados a partir de uma visão branca, masculina, heterossexual e elitista.

Entretanto, a história é produzida também por mulheres, seja com suas vidas diárias ou no campo político e também o movimento de descolonização do conhecimento passa a ganhar espaço atualmente. Infelizmente, suas existências e

seus efeitos foram tamponados, conglomerando-as aos silêncios que tal regime ditatorial causou. Por esse motivo, faz-se necessário uma desconstrução dessas representações atreladas aos papéis de homens e de mulheres, buscando mostrar sua relevância e colocando-as como sujeitos da história (COLLING, 2004).

Todavia, a mulher é excluída do jogo de poder e do cenário público e político, pois este seria destinado aos homens, nesse sentido, não sendo encarada como sujeito histórico. Diante desta lógica, a mulher não poderia ocupar esse espaço, pois estariam destinadas à maternidade e ao casamento, permanecendo puras e em suas funções. No entanto, muitas mulheres não se calaram frente a essa lógica de poder, e diante a sociedade se tornariam verdadeiras “traidoras de sua natureza” (COLLING, 2004, p. 2). Há, portanto, a necessidade de desconstruir essa perspectiva de inferioridade das mulheres, assim como as questões de exclusão e de repressão. Isto porque a própria lógica do poder é reconhecida e designada à posição do masculino em nossa sociedade, como foi observado anteriormente na construção histórica (SOUZA; SILVA, 2017).

Com a edição dos atos institucionais, principalmente o AI-5 decretado em 1968, os tempos vividos eram de extrema opressão. O AI-5 suspendeu os direitos de cidadania, além de ter acobertado as “[...] práticas as torturas, mortes, desaparecimentos e simulação de suicídios” (PERES, 2014, p.99), assim caracterizando um dos tempos mais desumanos e cruéis da história e tornando o presidente da República um ditador. Buscando mais afundo, encontra-se no Relatório da Comissão Nacional da Verdade¹⁰ o depoimento de mulheres que foram violentadas pelo Estado brasileiro no Regime Militar. Nota-se como sofreram diversas formas de repressão, seja sexual, moral, psicológica, violências verbais ou físicas (PINTO, 2010; DYNIEWICZ, 2017). Foi o caso de Karen Keilt, que foi levada à força juntamente com o marido, em 19 de maio de 1976:

Começaram a me bater. Eles me colocaram no pau de arara. Eles me amarraram. Eles me deram batidas. Deram choque. Eles começaram dando choque no peito. No mamilo. [...] Eu desmaiei. [...] Eu comecei a sangrar. Da boca. Sangrava de tudo quanto era...da vagina, sangrava. Nariz, boca...E eu estava muito, muito mal. [...] Veio um dos guardas e me levou para o fundo das celas e me violou. [...] Ele falou que eu era rica, mas eu tinha a buceta igual à de qualquer outra mulher. Ele era horrível [choro] (BRASIL, Comissão Nacional da Verdade, 2014, p. 405).

¹⁰ BRASIL, Comissão Nacional da Verdade (2014).

Outro depoimento que traz os impactos das torturas vivenciadas por mulheres é o relato de Márcia Basseto Paes, que foi presa juntamente com Celso Giovanetti Brambilla, em 28 de abril de 1977:

Na questão da mulher, a coisa ficava pior porque...quer dizer pior, era pior para todo mundo, não tinha melhor para ninguém, né? Mas [...] existia uma intenção da humilhação enquanto mulher. Então, o choque na vagina, no ânus, nos mamilos. Alicate no mamilo, então...eram as coisas que eles faziam. Muitas vezes, eu fui torturada junto com Celso Brambilla porque a gente sustentou a questão de ser noivo. Eles usaram, obviamente, essa situação, esse vínculo, suposto vínculo, além da militância, que seria um vínculo afetivo também, para tortura. Muitas vezes, eu fui amarrada com o rosto na genitália do Celso, e dado choque, enfim... fios amarrados em nós, para que levássemos choque no pau de arara [...] Uma das coisas mais humilhantes, além dessas de choque na vagina, no ânus, no seio, foi que eu fui colocada em cima de uma mesa e fui obrigada a dançar para alguns policiais, nua. Enquanto isso, eles me davam choque. [...] Celso estava sendo torturado ao lado, também com choque elétrico, me vendo nessa situação (BRASIL, Comissão Nacional da Verdade, 2014, p.407).

Diante ao exposto, partimos de uma perspectiva de gênero e suas violações que estão intimamente ligadas aos mecanismos de poder patriarcal. Dessa forma, tais violências supracitadas não remetem apenas a questões do corpo da mulher ou do homem, mas tais atos de torturas e humilhações submetidas expressam o poder marcado pelo patriarcado. Essas violações são estratégias utilizadas como forma de submissão e “exaltação do machismo” (CELIBERTI, 2014, p. 107). A tortura possui um caráter de “destruição psicológica e perda de identidade política” (CELIBERTI, 2014, p. 107), que vem de antecedentes históricos desde o descobrimento do Brasil, mas ainda sim sustentada por uma concepção patriarcal.

No período ditatorial, a repressão vem para tentar desconstruir essa mulher política subversiva, o que acaba atribuindo a ela uma condição de sujeito “desviante”, que se esquivava das regras ditatoriais da época, se tornando uma mulher indesejável para os homens e não ideal aos padrões estabelecidos para o seu papel de cuidar do marido e dos filhos. A partir do momento em que a mulher não aceita o lugar que foi colocado a ela, passou, então, a romper com esses moldes sociais, contestando assim o poder militar e almejando sua visibilidade. (COLLING, 2015, p. 378).

Em contrapartida, tomando uma postura mais ativa de não aceitar o lugar que a elas era imposto, buscaram ocupar espaços de poder que, historicamente, eram destinados aos homens. Com a mulher em luta pelo seu espaço político, o governo passa a tentar desqualificá-la como ser pensante e de autonomia, de poder e atitude para lidar com questões políticas, dessa forma, desmerecendo sua vontade própria. As mulheres não de igual maneira eram caracterizadas e acusadas de viverem na

promiscuidade e de não serem merecedoras de respeito. Diante desta perspectiva, ainda de acordo com a CNV temos o relato de Ana Maria Gomes, que foi detida em 1968 em um Sindicato e levada para depor, sendo abordada por um delegado:

Ele [delegado] disse: “você moças, jovens, que provavelmente pretendem casar, construir família e fica muito mal, moças como vocês estarem frequentando sindicato, estarem metidas nesse tipo de coisa, então vocês vão para casa, tenham juízo e nunca mais se metam nessa” [...] É interessante ver como ele também nos ameaçava com o perigo de não casar, com o perigo de não cumprir com aquilo que toda mulher sonha (BRASIL, Comissão Nacional da Verdade, 2014, p. 405).

No entanto, mesmo em uma sociedade patriarcal de gestão autoritária, muitas participaram de movimentos contra esse regime, e sabendo das dificuldades que encontrariam criaram formas de enfrentamento e de resistência, como será apontado posteriormente. Tais características eram usadas como um elemento da Doutrina de Segurança Nacional para punir aqueles que fossem opositores ao regime, mas principalmente como maneira de destruir seu corpo e sua moral. Apesar disso, lutaram pelos seus ideais como protagonistas que fizeram a diferença na luta contra tal lógica opressora, buscando romper com as posições de submissão em que eram colocadas, tanto no âmbito da política, quanto na sociedade.

Entretanto, a norma imposta a elas era apenas de reafirmar seu lugar de “mãe-esposa-dona-de-casa” (RIDENTI, 1990, p. 114), vivendo assim em função do mundo masculino. Dessa maneira, carregavam o estereótipo da mulher restrita ao espaço privado e doméstico, porém, com essas tentativas, sua participação na luta armada ganhou espaço para quebrar o que era ditado pela época. No entanto, vale ressaltar o papel desempenhado pelas mulheres durante o caminho de resistência, que lutaram para trazer significado ao lugar que a mulher quer estar (BOBSIN, 2011; SOUZA; SILVA, 2017; PERES, 2014).

As mulheres não são passivas, nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por reais que sejam, não bastam para contar sua história. Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras e gestos. Na cidade, na própria fábrica, elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência – à hierarquia, à disciplina – que derrotam a racionalidade do poder, enxertadas sobre o uso próprio do tempo e do espaço. Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar. Uma história outra. Uma outra história (PERROT, 2006, p.212).

4 SOBRE POSSIBILIDADES DE ENFRENTAMENTO

Diante da história de vida de mulheres que foram presas, torturadas, exiladas e perseguidas pela repressão da época, faz-se necessário não apenas compreender seus impactos físicos e psicológicos, mas oportunizar um espaço de:

[...] interpretação e análise histórica no período ditatorial, compartilhando memórias e experiências que são vistas além de um relato pessoal, ultrapassando questões de um caráter coletivo e dando identidade a suas narrativas de forma subjetiva (ROVAI, 2013, p. 110).

Entretanto, por carregarem a marca de subversivas e opositoras ao regime, foram silenciadas em sua existência. Mesmo que a elas fossem destinadas a organização da família, provedoras do lar e a continuidade dos valores culturais, ainda sim afetaram as relações sociais e políticas, mesmo que imperceptíveis na história. Pode-se destacar ainda que houveram muitas mulheres que “[...] se rebelaram contra sua condição, que lutaram por liberdade e muitas vezes pagaram com suas próprias vidas” (PINTO, 2010, p. 15).

Vale ressaltar que mesmo diante da repressão instaurada, principalmente após o AI-5, mulheres engajaram suas lutas revolucionárias enfrentando o governo militar e assim emergindo uma nova experiência subjetiva, permitindo a existência de um significado social e, certamente, o surgimento de outra figura do que é ser mulher (CELIBERTI, 2014; SARTI, 2004).

Ao falar da história dessas mulheres, não nos referimos apenas em trazer a posição de submissão ao homem, destinada à maternidade e ao casamento como foi apontado por Colling (2004), mas abordar suas memórias que por assim analisadas mostram suas lutas cotidianas e políticas. Em torno dessas memórias, “[...] ampliou-se a noção de sujeito histórico, não mais entendido de forma universal, mas humanizado em suas subjetividades e singularidades sexuais, éticas e sociais” (ROVAI, 2013, p. 115), nesse sentido, constrói-se gradativamente uma narrativa que por muitos anos foi silenciada, conquistando o espaço público com suas reivindicações. Assim, “[...] considerar suas experiências permite a elas também se olhar e descobrir como sujeitos históricos da mesma vivência e se descolar para o centro da História” (ROVAI, 2013, p. 127).

Vista desta perspectiva, faz-se necessário levar em consideração a subjetivação apontando para uma questão de produção histórica com efeito nas relações de saber/poder. Dessa maneira, ela se determina através dos impulsos que a fazem se mover perpassando o sujeito. Assim sendo, ela é caracterizada como um objeto construído por experiências individuais e coletivas dos indivíduos. Entende-se ainda que torna-se fundamental essa subjetividade marcada e produzida pela história no tempo e no espaço em que essas existências se encontram, mostrando como seus

sentimentos, emoções e a proteção de familiares também devem ser levados em consideração no processo historiográfico (PRADO FILHO; MARTINS, 2007).

Ao abordar sobre subjetividade, Tedesco (2006) remete a um processo no qual se atinge num plano histórico-político e que diz respeito a “[...] um processo de produção dirigido à geração de modos de existências, ou seja, modos de agir, de sentir, de dizer o mundo e construção de si” (TEDESCO, 2006, p. 358). Dessa forma, coloca a subjetividade não apenas como processo, mas considerando também o sujeito como produto, isso ocorre mediante o contexto político, as relações de poder e de forças envolvidas no processo de produção desta subjetividade, ou seja, relações de produzir e ser produzido. Diante desse “processo-produto” (TEDESCO, 2006, p.360), é possível notar as transformações decorrentes da produção subjetiva, que criam condições ao sujeito de visibilidade, novas possibilidades de existência e assim sendo tomados por uma causa que “[...] faz os corpos comportarem-se como se eles se acreditassem, se vissem como sujeitos regidos por princípios constantes” (TEDESCO, 2006, p. 361).

Diante de suas narrativas em busca de dar voz e lugar, atenta-se para o fato da existência de personagens que romperam modelos e padrões engessados sobre o ser mulher, assumindo a posição de protagonistas revolucionárias no Brasil, gerando incômodo com sua presença nos movimentos de luta oposicionista. Como já mencionado, os movimentos acarretados durante a Ditadura, implica-se a uma “luta emancipatória” dessas mulheres e a resistência às violações a que foram submetidas, atuando como guerrilheiras que resistiam ao regime e também como participantes dos movimentos de direitos humanos (BOBSIN, 2011; SARTI, 1998, p.8).

Conforme ao capítulo dedicado ao conceito de resistência, Barroso (2017) nos traz resistência de muitas maneiras como do tipo velada, ou seja, sem enfrentamento frontal ao sistema, os indivíduos mantendo no seu cotidiano práticas subjetivas que desafiam as leis e costumes vigentes às escondidas ou sem pensar nas consequências, ou como já citado do tipo frontal, que está ligado a uma resistência objetiva aos ditames autoritários. Ainda, segundo a autora pode considerar a existência da apatia que pode ser entendida como “[...] o desmerecimento, o abandono dos próprios hábitos e costumes quando estes são contrastados com outros padrões de comportamentos impostos” (LAIER 2017, apud LARAIA, 2003, p.88). Compreende-se então que, resistência é resistir a algo, ou seja, neste estudo ao é resistir o patriarcado. Entretanto, não é toda mulher que resiste, mas existem diversas

formas de resistir como fruto de subjetivação. Ao entender, privilegamos o tipo de resistência frontal objetiva ao regime militar e a sociedade vigente, pois enfrentaram o patriarcado, lidando em ambas as situações com repressões diretas e também com preconceitos e violências, como veremos a seguir.

Diante do cenário opressor instaurado, pontuamos como símbolo de beleza feminina e musa da década de 60, Leila Diniz (1945-1972). Sua representação nos permite refletir sobre as questões relacionadas à construção social da identidade feminina em uma sociedade patriarcal. A história de Leila Diniz é marcada pelas transformações das representações sobre a mulher, sobretudo geradas pelo seu comportamento considerado transgressor pelos grupos conservadores e pelas discussões políticas da época, pois os mesmos legitimavam um padrão estabelecido para as mulheres, que devia ser seguido.

Todavia, Leila tornou-se “[...] um símbolo da alegria e do prazer em tempos de trevas” (GOLDENBERG, 1994, p. 451) expressando de forma autêntica e feminina o anseio à liberdade que na época era silenciado. Dessa forma, tal posicionamento encarado por uma mulher desloca estruturas, fazendo com que aquele modelo de esposa-mãe fosse questionado por sua valorização através dos pensamentos e condutas progressistas de Leila Diniz. Aponta-se, portanto, uma possível quebra de paradigmas, principalmente na ocasião de sua gravidez, sem estar casada, exibindo uma imagem oposta à mulher grávida tradicional da época, ou seja, a partir desse momento ela materializa e corporifica uma figura feminina emancipada.

Entretanto, muitas mulheres tiveram seus filhos na clandestinidade justamente por tomarem uma postura de oposição ao governo e romperem com os estereótipos impostos pela sociedade de submissas e frágeis, buscando então desempenhar papéis considerados dos homens, para que assim conquistassem mais independência e autonomia. Muitas barreiras como no campo pessoal, familiar, cultural e político foram encontradas no caminho, porém assumiram o “[...] protagonismo de suas vidas e escolhas, tornando sujeitos históricos e políticos” (TELES, 2015, p. 1018) e mostrando superação em questões que dizem respeito à gravidez, maternidade e ao aborto.

Ainda na década de 60, podemos destacar o advento da pílula anticoncepcional, que inicialmente deu às mulheres a oportunidade de se relacionarem sexualmente, experimentando o prazer sem medo de acarretar uma gravidez indesejada. Nesta onda, muitas delas organizadas pelo movimento feminista

passam a cada vez mais reivindicarem por igualdade, além do próprio direito ao corpo “[...] passou-se a compreender que o pessoal também é político, o direito ao prazer sexual, o direito de escolha” (TELES, 2015, p. 1005). Diante do poder patriarcal que se instaura sobre esses corpos, é possível observá-los como um território de poder imerso no campo político que por sua vez “modelam, marcam-no e o domesticam”. Entretanto, “[...] o corpo é a porta que conecta a construção psíquica do indivíduo e a sua experiência vital” (CELIBERTI, 2014, p. 106), assim a mulher ao reivindicar traz um novo significado a sua construção subjetiva, no caso de Leila Diniz não rompe politicamente, mas rompe com os padrões da sociedade.

No decorrer dos anos de ditadura, há a participação ativa das mulheres nos movimentos de oposição ao Regime Militar. Todavia, como já visto, com a instauração do AI-5 em 1968 com máxima repressão, muitas mulheres foram obrigadas a ir para o exílio ou para a clandestinidade, porém muitas se mantiveram nos movimentos de resistência com suas lutas sociais. Podem-se exemplificar tais posturas com base na vida de Vera Silva de Araújo Magalhães (1948-2007), guerrilheira pertencente ao Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), que apenas com 21 anos foi a primeira mulher a fazer parte da luta armada. Além dela, destaca-se Dinalva Oliveira Teixeira (1945-1973), também guerrilheira e única mulher a ocupar o cargo de vice comandante na guerrilha rural (TELES; LEITE, 2013, p. 34).

Portanto, quando mulheres como elas assumem uma postura e ações políticas de repúdio à ditadura, seja na luta armada ou não, passam a gerar um incômodo aos militares no poder, rompendo com preconceitos e barreiras de cunho machistas. Cabe ainda discorrer que essas mulheres, de certa forma, ameaçavam o governo ditatorial, pois estariam tentando “[...] superar os homens e abandonar seu papel social” (TELES, 2014, p. 1011).

Diante a toda repressão imposta pelo governo militar, as mulheres vão à luta de resistência em favor da redemocratização do país, engajando-se em movimentos políticos e militantes, além da realização de passeatas, manifestações e atuação em movimentos. Como referência temos Therezinha Zerbini (1928-2015), idealizadora do Movimento Feminino pela Anistia, que iniciou-se em 1975 com a intenção de conscientizar sobre a importância da anistia aos exilados do país, mobilizando assim a população para uma redemocratização. Assim, pela primeira vez foi constituído um movimento direto de enfrentamento à ditadura, sendo que a partir dessa militância há uma significação politizada das mulheres (PERES, 2014).

Desta forma, “[...] a Anistia representou a conquista de uma luta que se transformou em causa nacional, quando as mulheres brasileiras estiveram na vanguarda” (PERES, 2014, p. 102). Ainda nesta perspectiva, podemos citar o movimento político, social e cultural da “Diretas Já”, ocorrida entre 1983 e 1984, marcada também como caráter de redemocratização do Brasil. Nesse período a ditadura já se mostrava desgastada, porém ainda marcada pela falta de liberdade de expressão. Nesse contexto, as mulheres então silenciadas passam também a se organizar em movimentos em prol dos seus direitos, buscando reivindicação (DUARTE, 2017; SILVA, 2017; VARGAS, 2008).

Diante a trajetória e as conquistas das mulheres, são notórias sua força e coragem em tempos de perseguição política e opressão do regime militar. Lutaram por seus ideais femininos, por um mundo mais igualitário e conquista de espaço através de seu envolvimento na política e movimentos sociais, sendo assim protagonistas de seu empoderamento. “[...] Incontestavelmente, as mulheres foram pioneiras, aquelas que ajudaram a restaurar o fio da História rompido pelo golpe de 64” (PERES, 2014, p.102; SILVA, 2017, p.23).

Dessa forma, nota-se que para o período ditatorial o papel do feminino na sociedade não era apenas de opositora ao regime, mas tornou-se uma presença marcada pela luta em corromper os valores estabelecidos não atribuídos à mulher e principalmente a participação na construção histórica e política do país. É interessante reiterar que as experiências do passado são como partes da história que mostram a luta e trajetória das mulheres que estão em busca de seus ideais e valores. Assim, “[...] não se trata de defender a existência de uma mulher essencial, mas de uma mulher que se fez mulher historicamente, em uma dialética de dominação e resistência” (PINTO, 2010, p. 21).

Por isso, mulheres procuram identificar e entender suas ideias para que a partir desta compreensão sejam capazes de mudar o mundo e pautar uma efetiva inserção política. Apesar da trajetória coletiva das mulheres, há uma constante interação com suas trajetórias individuais e que mesmo existindo suas diferenças, o que conectava essas mulheres era a grande capacidade de se colocarem no lugar uma das outras, assim, revelando uma perspectiva ideológica por elas partilhada (ROCHA, 2015).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a história brasileira é possível notar sua construção a partir de uma sociedade patriarcal, desde os primórdios até os dias atuais. Todavia a história é produzida a partir de acontecimentos e experiências dadas em um tempo e espaço, e que se dão através dos indivíduos, sejam homens ou mulheres. Infelizmente, diante da produção historiográfica do país, observa-se as mulheres em segundo plano, sendo colocadas como inferiores e submissas aos homens, destinadas a funções como a maternidade, cuidadoras do lar e esposas recatadas. Entretanto, muitas romperam com essa posição que a elas eram destinadas e passaram então a lutar por seu espaço na sociedade.

Essa luta de caráter revolucionário nos permite ressignificar às narrativas dessas mulheres através de suas memórias e de suas experiências de subjetividade que, mesmo diante das ações repressivas de governos autoritários como perseguições, humilhações, torturas e entre diversas outras, resistiram e caminharam para conquistar uma emancipação efetiva nas relações sociais, políticas e culturais. É interessante reiterar ainda que mesmo onde seus ideais e valores são colocados à prova de lógicas tiranas, não se calaram e não se perderam no caminho, assumindo uma postura de coragem e força.

Trazer as mulheres como sujeitos e protagonistas da história é dar visibilidade a sua atuação, ultrapassando os padrões e estereótipos a elas colocados. Trabalhar a memória dessas mulheres é pautar a quebra de paradigmas e do silêncio imposto por tantos anos como pela Ditadura Militar. Por muito tempo, houve a necessidade de esquecer as repressões ocorridas perpetuando o silêncio. Porém, ao discutir sobre o papel, suas lutas, trajetória e memórias, sua resistência e fortalecimento, ultrapassam o silêncio. Assim, afirma-se que, esquecer, portanto, é oprimir, já criar memória é resistir.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Luciano Aronne de. **Um olhar regional sobre o Estado Novo**. Edipucrs, Porto Alegre, 2007.
- BARROSO, Elaine Aparecida Laier. **Epidemias e modernização capitalista: higienismo e coerção aos populares na Manchester Mineira em fins do século XIX**. Novas Edições Acadêmicas; Juiz de Fora, 2017.
- BASEGGIO, Julia Knapp; SILVA, Lisa Fernanda Meyer da. As condições femininas no Brasil colonial. **Revista Maiêutica**, Indaial, v.3, n.1, p.19 – 30, 2015. Disponível

em: <https://publicacao.uniasselvi.com.br/index.php/HID_EaD/article/view/1379>. Acesso em: 12 out. 2019.

BARRETO, Maria do Perpétuo Socorro Leite. Patriarcalismo e feminismo: uma retrospectiva histórica. **Revista Ártemis**, v.1, 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/artemis/article/view/2363/2095>>. Acesso em: 04 nov. 2019.

BRASIL, Ato Institucional (AI-5). **Ato Institucional Nº 5 de 1968**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm>. Acesso em: 24 out. 2019.

BRASIL, **Comissão Nacional da Verdade**. Relatório, v. 1, 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf>. Acesso em: 07 out. 2019.

BRASIL, **Código eleitoral brasileiro de 1932**. Disponível em: http://www.tse.jus.br/hotsites/catalogo-publicacoes/pdf/codigo_eleitoral_1932.pdf. Acesso em: 24 out. 2019.

BRASIL, Constituição (1824). **Constituição Política do Império do Brasil de 1824**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em: 24 out. 2019.

BRASIL, Constituição (1891). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm>. Acesso em: 24 de out. 2019.

BRASIL, Constituição (1946). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1946**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>. Acesso em: 24 out. 2019.

BOBSIN, Milene. **A luta contra a ditadura e as relações de gênero em entrevistas do projeto Marca da Memória (1964 – 1985)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/37136/000819505.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 02 out. 2019.

CASTILHO, Maria Augusta de; SILVA, Letícia Ferreira da. Brasil colonial: as mulheres e o imaginário social. **Cordis**, São Paulo, n.12, p. 257 - 279, 2014. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/cordis/article/view/21942/16123>>. Acesso em: 24 set. 2019.

CELIBERTI, Lilian. A violência de gênero nas ditaduras do conesul. *In*: MOTA, Débora Terezinha Mutter da Silva; SANTOS, Márcio Tavares dos (org.). **Memória, direitos humanos e reparação**: políticas de memória, arquivos e museus. Museu dos direitos humanos do Mercosul, Porto Alegre, 2014, p. 104 - 109. Disponível em: <<http://www.mdhm.rs.gov.br/conteudo/1152/lancamento-do-livro-memoria,-direitos-humanos-e-reparacao>>. Acesso em: 02 out. 2019.

CHIAVENATO, Júlio José. **O golpe de 64 e a ditadura militar**. São Paulo, SP: Moderna, 1994.

CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar a democracia. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, n.25, p. 83 - 106, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782005000200008&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 24 set. 2019.

COLLING, Ana Maria. As mulheres e a ditadura militar no Brasil. **História em revista**, Rio Grande do Sul, v. 10, p. 1 - 10, 2004. Disponível em:

<<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/HistRev/article/view/11605/7457>>. Acesso em: 06 maio 2019.

COLLING, Ana Maria. 50 anos da ditadura no Brasil: questões feministas e de gênero. **OP SIS**, Catalão, v.15, n. 2, p. 370 - 383, 2015. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/Opsis/issue/view/1607/2>>. Acesso em: 28 maio 2019.

COSTA, Juliana Camargo; FERRAZZA, Daniele de Andrade; OLIVEIRA, Patrícia Alves. Psicologia social e direitos humanos: a atuação da psicologia diante da ditadura militar e das manifestações atuais no Brasil. **Revista de Psicologia da IMED**, v.6, n.2, p. 70 – 80, 2014. Disponível em:

<<file:///C:/Users/marce/Downloads/Dialnet-SocialPsychologyAndHumanRights-5155074.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2019.

D' ALKMIN. **A conquista do voto feminino no Brasil**. v.2, n.2, 2006. Disponível em:

<<http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/1219/1163>>. Acesso em: 12 out. 2019.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. **Tempo**, v.14, n. 28, p.123 - 143, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-77042010000100006&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em: 24 set. 2019.

DEL PRIORE, Mary. **A mulher na história do Brasil**. Contexto, São Paulo, 1994.

DUARTE, Rafaela. O movimento diretas já em 1984 e a participação dos catarinenses. **Revista Memorare**, Tubarão, v. 4, n. 3, 2017. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/321813551_O_Movimento_Diretas_ja_em_1984_e_a_participacao_dos_catarinenses>. Acesso em: 13 out. 2019.

DYNIEWICZ, Letícia Garcia Ribeiro. **Vozes silenciadas: apontamentos sobre violações de direitos humanos contra mulheres na ditadura civil-militar brasileira**. Florianópolis, 2017. Disponível em:

<[http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1503754203_ARQUIVO_dyniewicz_leticia_fazendogenero\(2\).pdf](http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1503754203_ARQUIVO_dyniewicz_leticia_fazendogenero(2).pdf)>. Acesso em: 02 out. 2019.

ECKER, Daniel Dall'Igna; SCARPARO, Helena Beatriz Kochenborger; TORRES, Samantha. Psicologia e ditadura civil-militar: reflexões sobre práticas psicológicas frente às violências de estado. **Revista EPOS**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 57 - 78, 2014. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2014000100004>. Acesso em: 08 maio 2019.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. Editora USP, São Paulo, 1994.

FERREIRA, Jorge. Dossiê 1946 – 1964: a experiência democrática no Brasil. **Tempo**, Niterói, v. 14, n.28, p. 11-18, 2010. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042010000100001>. Acesso em: 22 set. 2019.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**. Global Editora, São Paulo, 2003.

GOLDENBERG, Mirian. Dossiê Leila Diniz. **Revista Estudos Feministas**. n. 2, p. 444 - 453, 1994. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/download/16230/14778>>. Acesso em: 30 maio 2019.

NASCIMENTO, Ingrid Faria Gianordoli; SANTOS, Maria de Fátima de Souza; TRINDADE, Zeidi Araújo. Mulheres brasileiras e militância política durante a ditadura

militar: A complexa dinâmica dos processos identitários. **Revista Interamericana de Psicologia**, v. 41, n. 3, p. 359 - 370, 2007. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rip/v41n3/v41n3a11.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2019.

LERNER, Gerda. **A Criação do Patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. Cultrix, 2019.

LUSA, Mailiz Garibotti. **Movimentos sociais e mulheres**: identidades e lutas. São Luiz, Maranhão, 2017. Disponível em:

<<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo3/movimentossociaisemulheresidentidadeselutas.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2019.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. Brasiliense, São Paulo, 1990.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Rev. Sociol. Polít.** Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010. Disponível em: <

<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2019.

PRADO FILHO, Kleber; MARTINS, Simone. A subjetividade como objeto da(s) psicologia(s). **Psicol. Soc.** Porto Alegre, v. 19, n. 3, p. 14 - 19, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000300003>. Acesso em: 30 maio 2019.

PERES, Lícia. Resistência à Ditadura com enfoque de gênero. *In*: MOTA, Débora Terezinha Mutter da Silva; SANTOS, Márcio Tavares dos (org.). **Memória, direitos humanos e reparação**: políticas de memória, arquivos e museus. Museu dos direitos humanos do Mercosul, Porto Alegre, 2014. Disponível em:

<<http://www.mdhm.rs.gov.br/conteudo/1152/lancamento-do-livro-memoria,-direitos-humanos-e-reparacao>>. Acesso em: 02 out. 2019.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: Edusc, 2006.

RAGO, Luiza Margareth. A coragem feminina da verdade: mulheres na ditadura militar no Brasil. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 28, n. 2, 2015.

Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/34166>>.

Acesso em: 25 set. 2019.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os tempos de chumbo. **Tempo Social**, USP São Paulo, v. 2, n. 2, p. 113 - 128, 1990. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84806/87515>>. Acesso em: 27 maio 2019.

ROCHA, Raquel Caminha. **Narrativas de mulheres contra a ditadura de 1964**: eixos narrativos e subjetividade feminina. Santa Catarina, 2015. Disponível em:

<http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1457379669_ARQUIVO_ANPU_2015.pdf>. Acesso em: 28 maio 2019.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964 - 84). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n.10, p.108 – 132, 2013. Disponível em:

<<http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180305102013108>>. Acesso em: 02 out. 2019.

SARTI, Cynthia A. **O início do feminismo sob a ditadura no Brasil**: o que ficou escondido. Chicago, 1998. Disponível em:

<<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lasa98/Sarti.pdf>>. Acesso em: 02 out. 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. Editora Schwarcz S.A., São Paulo, 2019.

- SILVA, Janaína Vicente da; SOUZA, Laianny Cordeiro Silva de. **Representação da militância feminina no período de ditadura civil-militar no Brasil e a sua ausência no livro didático na contemporaneidade**. p. 1-11, 2017. Disponível em: <http://uece.br/eventos/gthpanpuh/anais/trabalhos_completos/298-45252-21052017-174559.pdf>. Acesso em: 06 maio 2019.
- SILVA, Jane Cleide dos Santos. **Visibilidade, protagonismo e conquista das mulheres na campanha da anistia no período da ditadura militar**. 2017. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/9668/2/Jane_Cleide_Santos_Silva.pdf>. Acesso em: 02 out. 2019.
- TEDESCO, Silvia. As práticas do dizer e os processos de subjetivação. **Interação em Psicologia**, Curitiba, v. 10, n. 2, p. 357-362, 2006. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/7694/5486>>. Acesso em: 01 nov. 2019.
- TELES, Maria Amélia de Almeida. O protagonismo de mulheres na luta contra a ditadura militar. **RIDH**, Bauru, v.2, n.2, p. 9 – 18, 2014. Disponível em: <<https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/173>>. Acesso em: 13 out. 2019.
- TELES, Maria Amélia de Almeida. Violação dos direitos humanos das mulheres na ditadura. **Estudos feministas**, Florianópolis, v.23, n.3, p. 1001-1022, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104026X2015000301001&script=sci_abstract&tling=pt>. Acesso em: 02 out. 2019.
- TELES, Amelinha; LEITE, Rosalinda Santa Cruz. Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós luta armada no Brasil (1975 – 1980). **Editora Intermeios**, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/neils/revista/vol.32/maira_kubik.pdf>. Acesso em: 02 out. 2019.
- VARGAS, Mariluci Cardoso de. **O Movimento Feminino pela Anistia como partida para a redemocratização brasileira**. 2008. Disponível em: <http://www.eeh2008.anpuhrs.org.br/resources/content/anais/1212369464_ARQUIV_O_trabalhocompletoanpuh.pdf>. Acesso em: 13 out. 2019.